



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola Nacional de
Socioeducação - ENS

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E A INTERVENÇÃO DA CASA
DE ZABELÊ: Trajetória de 1996 a 2021**

Suely Coelho Pereira

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola Nacional de
Socioeducação - ENS

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A INTERVENÇÃO DA CASA DE ZABELÊ: Trajetória de 1996 a 2021

Suely Pereira Coelho

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em
Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança
e ao Adolescente.

Orientador: Sidelmar Alves da Silva Kunz

Brasília, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CP436 Coelho Pereira, Suely
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A
INTERVENÇÃO DA CASA DE ZABELÊ: Trajetória de 1996 a 2021 /
Suely Coelho Pereira; orientador Sidelmar Alves da Silva
Kunz. -- Brasília, 2022.
27 p.

Monografia (Especialização - Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Casa de Zabelê. 2. Proteção Social. 3. Violência
Sexual. 4. Trajetória. 5. Consequências. I. Alves da Silva
Kunz, Sidelmar, orient. II. Título.

Suely Coelho Pereira

Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a
intervenção da casa de Zabelê: Trajetória de 1996 a
2021

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Prof. Drº Sidelmar Alves da Silva
Kunz

Aprovado em: 26/02/2022

Banca Examinadora

Orientador: Prof Drº Sidelmar Alves da Silva Kunz
Membro Externo: Prof Drª Norma Lúcia Neris de Queiroz

Ata de Avaliação

Resumo

O estudo se solidificou por meio de uma investigação histórica acerca do trabalho desenvolvido pela Casa de Zabelê, desde a sua fundação até o ano de 2021. A realização do estudo teve por base uma análise documental da instituição, como também a sistematização e análise desses dados por meio de pesquisas bibliográficas, conhecendo as causas e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, os destaques referenciais da pesquisa são: Minayo (2005), Del Priore (2008), Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outros, uma vez que a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Na pesquisa documental a prioridade é analisar sobre a trajetória interventiva da Casa de Zabelê de 1996 a 2021, perpassando por documentos, como: Planos de Trabalhos, Relatórios Anuais, Instrumentais de Planejamento. O objetivo geral é conhecer a trajetória da Casa de Zabelê como um espaço de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. Em análises finais, torna-se compreendido que a instituição é uma iniciativa de proteção social integral.

Palavra- Chaves: Casa de Zabelê; Proteção Social; Violência Sexual; Trajetória; Consequências.

SUMÁRIO

Introdução	07
Metodologia.....	09
Levantamento, Análise e Resultado	12
3.1 A violência sexual contra crianças e adolescentes e os mecanismos de proteção	12
4 Discussões	21
4.1 A semente do projeto Casa de Zabelê (1994)	22
4.2 Trajetória de Intervenção Social da Casa de Zabelê no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	24
4.2.1 Ações desenvolvidas em 2005.....	25
4.2.2 Ações desenvolvidas em 2006.....	27
4.2.3 Ações desenvolvidas em 2007.....	28
4.2.4 Ações desenvolvidas em 2014, 2015, 2016, 2018 e 2020.....	28
Conclusão	31
Referências	32

Introdução

A criança e ao adolescente estiveram por muito tempo em uma situação de inferioridade em relação aos adultos, isso pode ser observado desde as sociedades mais remotas até os dias mais atuais. Imbuído nessa situação, compreende-se que uma das violações de direito com maior naturalização é a violência sexual praticada em face dos mesmos que esteve e está presente em todo esse movimento de evolução das sociedades.

A violência sexual contra crianças e adolescentes consiste em um grave problema social e de saúde pública no Brasil, afetando principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, por essa razão os movimentos sociais estiveram por muito tempo lutando em favor da aprovação de legislações e políticas públicas que atendessem as necessidades postas a esses sujeitos, possibilitando uma visão ampla por parte do estanho, enquanto sujeito operador de viabilização de direitos sociais.

A legislação deu um avanço no reconhecimento da infância e da adolescência, possibilitou um “rompimento” com as definições arcaicas acerca dos mesmos, em especial os mais vulneráveis, o que contribuiu com a evolução a sujeitos de direitos. Até que a proteção social constasse na legislação brasileira, ocorrendo de fato a partir da Constituição de 1988 e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que deu a crianças e adolescentes, o conceito de sujeitos de direitos.

Tendo em vista está trajetória, torna-se necessário compreender o foco onde a pesquisa tem sua base de desenvolvimento, A Arquidiocese de Teresina, através da Pastoral do Menor, vem desenvolvendo desde 1991, um trabalho de atendimento ao menino e à menina em situação de rua, direcionado para a conquista de seus direitos básicos de cidadania preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

De acordo com o Plano de Trabalho da Casa de Zabelê (1996), Com relação à criança e ao adolescente do sexo feminino, esse atendimento vinha sendo prestado através de um trabalho de acompanhamento sistemático junto a essas meninas na rua, efetuado pelos educadores, através de 02 (duas) redes de serviços: a Casa Maria Menina, “destinada a acolher meninas em situação de rua e/ou exploradas sexualmente na rua possibilitando o resgate de sua autoestima, dignidade e autonomia, dando continuidade ao trabalho existente na rua”(1), Casa Madre Savina Petrilli, cujo objetivo é o de “ser moradia daquelas meninas que, uma vez inseridas nas atividades da Casa Maria Menina manifestam o desejo de sair da rua, mas não querem voltar para a família ou, simplesmente, não têm para onde ir”(2).

A iniciativa da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SEMCAD, em trabalhar com meninas em situação de risco pessoal e social, partiu de uma discussão fomentada pelo Conselho Municipal de Direitos, onde foi detectada a necessidade de se iniciar um trabalho junto a essa parcela da população. (PLANO DE TRABALHO DA CASA DE ZABELÊ, 1994).

Conscientes de que o “[...] atendimento integral à criança e ao adolescente exige esforço contínuo e articulado de organizações governamentais e não governamentais, ação política no mais alto nível”(3). É que a SEMCAD e a Pastoral do Menor, num esforço conjunto, decidiram firmar um compromisso para atendimento a meninas em situação de risco em Teresina. A realidade exigia a necessidade de se repensar e reconstruir ações eficazes e sistemáticas, de maneira articulada evitando-se assim, o paralelismo e fragmentação das ações, tão comuns nas políticas públicas (PLANO DE TRABALHO DA CASA DE ZABELÊ, 1994).

Em 29 de agosto de 1996 a Casa de Zabelê foi aberta ao público, suscitada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, sendo fruto de uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Prefeitura Municipal de Teresina- PMT e a Ação Social Arquidiocesana-ASA, ressaltando que a parceria entre essas duas últimas Instituições ainda se mantém, cabendo à ASA, a coordenação da Casa de Zabelê, e a PMT, através da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, o financiamento das ações a partir de um convênio assinado anualmente.(PLANO DE TRABALHO DA CASA DE ZABELÊ, 2021).

Diante dessas questões que foram levantadas até aqui, elementos discutidos nesse trabalho têm uma relevância científica, pois possibilita o crescimento de abordagens acerca da problemática, como também tem sua importância na comunidade, no sentido de democratizar informações que confirmam o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra esses sujeitos.

Neste sentido, compreendendo o contexto em que o objeto de estudo foi materializado, a problemática que versa sobre esta produção é qual a trajetória histórica e contemporânea da Casa de Zabelê, como um espaço de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes?

O objetivo geral que norteia a escrita tem o intuito de conhecer a trajetória da Casa de Zabelê como um espaço de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, e em seus objetivos específicos: Investigar o processo de fundação da Casa de Zabelê; avaliar o

desenvolvimento das ações da instituição de 1996 a 2021; identificar os parâmetros que norteiam a atuação da Casa de Zabelê.

A pesquisa será de cunho qualitativo, baseado em uma análise documental, que segundo Silva et al (2009), O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Nesse sentido os autores bases desta pesquisa, estão a seguir: Minayo (2005), Priore (2008), analisam em uma visão histórica de como as crianças e adolescentes eram tratados. A Constituição Federal de 1998, pois versará sobre o primeiro elemento legal que traz a concretude de sujeitos de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990), que possibilitara a discussão dos elementos legais de proteção desses sujeitos. Plano de Trabalho da Casa de Zabelê (1996), pois fundamenta a base histórica de fundação da instituição, o Plano de Trabalho da Casa de Zabelê (2021), traz uma compreensão contemporânea do desenvolvimento das ações da instituição, Azevedo e Guerra (2011), discute sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Metodologia

Metodologicamente esta pesquisa é qualitativa e documental, de modo a aproveitar o que seu conteúdo tem a oferecer sobre a contextualização histórica e social do objeto deste estudo, o que possibilitou a divisão em duas fases específicas: a pesquisa bibliográfica exploratória e a pesquisa documental ou de levantamento de dados.

Nesse local, a literatura fornece um pano de fundo útil para o problema ou para a questão que gerou a necessidade do estudo, como quem já escreveu sobre isso, quem já estudou isso e quem indicou a importância de estudar a questão. Esse "enquadramento" do problema é, evidentemente, dependente dos estudos disponíveis. Pode-se encontrar ilustrações desse modelo em muitos estudos qualitativos que empregam diferentes estratégias de investigação (CRESWELL, 2007, p. 46).

A pesquisa bibliográfica exploratória parte de um material pré-elaborado, sobre pesquisa científica apreciada pelos pares, e publicada em livros, revistas científicas, que possuem uma qualificação conforme a instituição que rege as pesquisas no país, sendo que no Brasil a responsável por esta qualificação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), que normalmente são classificadas em periódicos.

Publicações periódicas são aquelas editadas em fascículos, em intervalos regulares ou irregulares, com a colaboração de vários autores, tratando de assuntos diversos, embora relacionados a um objetivo mais ou menos definido. As principais publicações periódicas são os jornais e as revistas. Estas últimas representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas. Enquanto a matéria dos jornais se caracteriza principalmente pela rapidez, a das revistas tendem a ser muito mais profunda e mais bem elaborada (GIL, 2002, p. 45).

Nesta parte da pesquisa, também denominada de observação foi realizado um levantamento bibliográfico que permitiu a busca de alguns assuntos associados ao tema proposto como, por exemplo: os conceitos e o desenvolvimento histórico de crianças e adolescentes ao longo do tempo, a discussão sobre os tipos de violência, a aquisição e efetivação de direitos básicos e protetivos para este público.

A busca e coleta dos dados foi realizada em duas bases de dados: Google acadêmico e a Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Nas quais foram usados como palavras-chave: conceito de criança e adolescente, violência sexual contra crianças e adolescentes e legislação para crianças e adolescentes. Os critérios de coleta para o Google acadêmico são publicações mais recentes, número de citações e artigos em português. Os critérios para a SciELO são os artigos em português.

A busca pela palavra-chave conceito de criança e adolescente no Google acadêmico revelou um total de 422.000 (quatrocentos e vinte e dois mil) resultados. Devido ao grande número de arquivos, foi necessário definir uma quantidade mínima para a análise e seleção dos quais foram analisados 50 (cinquenta) artigos e selecionados 10 (dez) artigos que se relacionam diretamente com a temática.

Na SciELO os resultados para esta busca resultaram em 21 (vinte e um) artigos dos quais foram selecionados 12 (doze) artigos, quase todos tratam sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A busca pelas palavras-chave violência sexual contra crianças e adolescentes no Google acadêmico resultou em 92.500 (noventa e dois mil e quinhentos) dados, dos quais também foram analisados 50 (cinquenta) artigos e selecionados 10 (dez) artigos. Na SciELO a busca resultou em 75 (setenta e cinco) artigos sobre a temática dos quais foram selecionados 10 (dez) artigos.

A busca pelas palavras-chave legislação crianças e adolescentes no Google acadêmico resultou em 252.000 (duzentos e cinquenta e dois mil) dados, dos quais também foram analisados 50 (cinquenta) artigos e selecionados 10 (dez) artigos. Na SciELO a busca resultou em 35 (trinta e cinco) artigos sobre a temática dos quais foram selecionados 10 (dez) artigos.

A combinação das três palavras-chave na Google acadêmico resultou em 19.400 (dezenove mil e quatrocentos) resultados e na Scielo não resultou em nenhum artigo específico para estes critérios de busca.

Neste caso a sistematização da pesquisa bibliográfica visa conhecer as causas e consequências da violência contra crianças e adolescentes de um modo geral, assim como identificar a legislação que as protegem nesse contexto, utilizando de fontes primárias como artigos, dissertações e teses, e as fontes secundárias como livros, manuais e legislação.

Os destaques referenciais são: Minayo (2005), Del Priore (2008), Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outros, uma vez que: “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2002, p. 45).

Os resultados da pesquisa bibliográfica são argumentativos buscando relacionar os fatos conceituais e históricos com as discussões mais recentes sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Na pesquisa documental a prioridade é analisar sobre a trajetória interventiva da Casa de Zabelê em Teresina- PI no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes desde 1996 até o ano de 2021.

Estas datas específicas partem desde a abertura desta instituição até o momento atual, com processos caóticos que envolvem o social, a política, a economia e a pandemia da Covid-19.

A técnica escolhida é o levantamento que busca informação direta das fontes documentais com o objetivo de identificar como essa trajetória impactou a vida de crianças e adolescentes na Casa de Zabelê em Teresina- PI que durante os últimos 25 anos foram acolhidas de forma protetiva por esta instituição, a partir de documentação institucional e de cunho histórico como o de Plano de Trabalho da Casa de Zabelê (1996). Neste sentido, estão previstos os seguintes procedimentos metodológicos.

- Pesquisa bibliográfica nas plataformas Scielo e Google acadêmico através de critérios de busca como palavras-chave, artigos em português e publicações recentes sobre conceitos de crianças e adolescentes, violência sexual e legislação.
- Pesquisa documental na Casa de Zabelê em Teresina-PI para analisar a trajetória de enfrentamento violência sexual na infância e adolescência nesta instituição, a partir de documentos oficiais como o Plano de Trabalho da Casa de Zabelê (1996).
- Análise, discussão e apresentação dos resultados.

Levantamento, Análise e Resultados

Conforme demonstrados na metodologia foram selecionados para o referencial teórico final um total de 9 artigos da combinação das três palavras-chave conceito de criança e adolescente, violência sexual contra crianças e adolescentes e legislação para crianças e adolescentes na Google acadêmico e na Scielo, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1: Categorias de Análises dos Periódicos Pesquisados

Ano de Publicação	Periódico	Banco de Dados	Tipo de Pesquisa	Autor(es)
2005	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Scielo e Google acadêmico	Qualitativa	COIMBRA, BOCCO E NASCIMENTO
2005	Adolescência e Saúde	Scielo	Qualitativa	EISENSTEIN
2010	Temas em Psicologia	Google acadêmico	qualitativa	NEVES <i>et al.</i>
2011	<i>Amicus Curiae</i>	Scielo	Dedutivo e monográfica	PAGANINI E DEL MORO
2012	Revista da Unifebe	Google acadêmico	Qualitativo	JUNIOR
2015	INTERMEIO: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CAMPO GRANDE, MS	Scielo	Qualitativo	BARROS E ROCHA
2017	BARBARÓI, SANTA CRUZ DO SUL	Google acadêmico	Qualitativa	HOHENDORFF E PATIAS
2018	REBEN	Google acadêmico	Quantitativa	SOUTO <i>et al.</i>
2020	Cadernos de Pedagogia	Scielo	Qualitativa	KROMINSKI, LOPES E FONSECA

Fonte: De acordo com Pereira (2022).

Essas referências apresentam de um modo geral os conceitos, tipos e mecanismos de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com importantes contribuições também dos autores mais antigos. Neste sentido, a discussão se faz a partir da categoria violência sexual contra crianças e adolescentes e os mecanismos protetivos.

3.1 A violência sexual contra crianças e adolescentes e os mecanismos de proteção

Krominski, Lopes e Fonseca (2020) destacam que existem várias dimensões conceituais a respeito de crianças e adolescentes, seja ela cognitiva, social, motor, cultural e afetivo, porque estes indivíduos levam com eles, os elementos que são desenvolvidos dentro das suas vivências e movimentos que são construídos dentro das relações sociais, portanto,

O conceito do que é ser criança e adolescente também era descrito como um período de mudanças físicas, cognitivas e sociais que, inseparáveis, ajudavam a conceituar esta faixa etária da população. Essa perspectiva que assumiu a Psicologia do Desenvolvimento tinha como preocupação principal observar, medir e comparar as mudanças demonstradas pelas crianças ao longo de sua trajetória de vida, por essa razão foi sendo questionada e como proposta, surge então uma perspectiva mais histórica para a compreensão deste momento da vida humana (KROMINSKI, LOPES E FONSECA, 2020, p. 34).

Nesse elemento conceitual, ao longo do tempo se intensificou disputas e discursos sobre a representatividade da criança e adolescente para o Estado, para a família, para a sociedade e para a ciência, disputando o espaço de historicidade, devido a isso:

No Brasil é possível notar, nitidamente, que a história da criança e do adolescente principalmente negra e pobre, ou em situação de rua, é social e economicamente acompanhada por desigualdades, exclusões e dominações, essas marcas perpassam a história desde o Brasil Colônia, Império e República e se estendem até a atualidade (KROMINSKI, LOPES E FONSECA, 2020, p. 34).

É fato apresentado por estudiosos da infância e juventude de que no Brasil, sempre existiu uma dicotomia entre o que a legislação previa para as crianças e jovens brancos e filhos das elites, e a criança pobre e preta, herdeiras da classe trabalhadora e mais empobrecida. Um exemplo desse aporte legislativo diferenciado é o Código Civil de 1916 para aqueles e o Código de Menores de 1927 ou Código Mello Matos para estes.

Movidos por essa vulnerabilidade, as crianças e os adolescentes foram conceituados em termos jurídicos como “menor”, fato esse que talvez possa tentar revelar a condição de desproteção em relação ao adulto. Tal termo foi inicialmente utilizado para designar uma faixa etária associada, pelo Código de Menores de 1927, às crianças pobres, vindo a ter, posteriormente, conotação pejorativa. Apesar do Código de Menores classificar essas crianças e adolescentes pelo aspecto cronológico, também a sociedade conceituou como aquelas crianças e adolescentes pobres, aquelas pertencentes às famílias com uma estrutura diferenciada da convencional (com pai e

mãe presentes, patriarcal, com pais empregados e trabalhadores, tendo uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros) (KROMINSKI, LOPES E FONSECA, 2020, p. 37).

Junior (2012, p. 11) aponta que as crianças e adolescentes só foram reconhecidos como sujeitos de direitos somente a partir da Constituição Federal de 1988, onde eles tiveram a elevação jurisdicional a sujeitos de direitos, devendo ser amparados pelo Estado, a família e a sociedade no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

“e essa incumbiu uma maior ênfase no que concerne à proteção e garantias à criança e ao adolescente. Ampliando essa responsabilidade à família, à sociedade e ao Estado, declarando a proteção integral a toda a população infantojuvenil”. (JUNIOR, 2012, p.11)

De acordo com Eisenstein (2005) a grande maioria dos países delimita o conceito de maioridade a partir dos 18 anos, entretanto existem critérios específicos quanto ao conceito de crianças e adolescentes, devendo compreender todo o processo cultural, social e jurídico para poder atribuir a este o grau de maioridade, por exemplo:

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2o), e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). O adolescente pode ter o voto opcional como eleitor e cidadão a partir dos 16 anos. O conceito de *menor* fica subentendido para os menores de 18 anos (EISENSTEIN, 2005, p. 1)

Uma das contribuições mais significativas quanto ao conceito de crianças e adolescentes foi a retirada da categoria “menor” pelo ECA, embora persista no senso comum, e nessa perspectiva: “deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente, passando a definir todas as crianças e adolescentes como sujeito de direitos” (KROMINSKI, LOPES E FONSECA, 2020, p. 38).

Mesmo com o avanço legislativo, as crianças e adolescentes brasileiros vivem situações de violências e violações de seus direitos, “porém a legislação por si só não é capaz de concretizar direitos. Devido a isso, que se faz necessário a participação de toda a sociedade na luta e fiscalização dos direitos de meninas e meninos para que se possam evitar tais violações” (PAGANINI; DEL MORO, 2011, p. 3).

Dentre as violações de direitos que atingem crianças e adolescentes em todo o mundo está a violência, que se desdobra em suas tipologias, ou seja: “violência seria, então, toda e qualquer forma de opressão, de maus-tratos e de agressão, tanto no plano físico como no emocional, que contribuem para o sofrimento de uma pessoa” (NEVES et al., 2010, p. 100).

Existem vários atos considerados violentos, e o quadro 2, faz uma abordagem dos principais tipos.

Quadro 2: Tipos de violências

Tipo de Violência	Características
Violência física	O uso da força física através da tortura, terror ou dor contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe danos ou ferimentos, sendo perpetrada geralmente por pais ou responsáveis.
Violência psicológica	Tem por objetivo a ação ou omissão para causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa, a partir de insultos, chantagens, humilhações, manipulação afetiva, isolamento de familiares e amigos, exploração, negligência, etc.
Violência sexual	Consiste na mais cruel forma violação de liberdade sexual, assim como de direitos humanos de crianças e adolescentes e ocorre geralmente sem o consentimento da pessoa da vítima, se caracterizando como intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual.
Violência institucional	É motivada por desigualdades de gênero, étnico-raciais, econômicas, etc., através do Estado, da sociedade e das instituições públicas e privadas, seja por ação ou omissão, as mais comuns são: descaso no atendimento, negligência, rispidez, desqualificação do saber prático, entre outros.
Violência intrafamiliar	A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.
Violência moral	É tudo aquilo que envolve uma agressão emocional, ainda que não seja de forma consciente ou deliberada, se caracterizando como atos de ridicularização, a coação moral, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização da pessoa, de sua personalidade e traços psicológicos, do seu corpo e do seu trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Barros e Rocha (2015, p. 70-73).

Diante desse quadro, o reflexo dessas violências na vida de crianças e adolescentes pode provocar uma série de consequências “traumática e conflituosa, permeada por diferentes sentimentos como o medo, a raiva, a culpa e o desamparo” (NEVES et al., 2010, p. 105).

De acordo com Von Hohendorff e Patias (2017) não existe uma síndrome padrão nas vítimas de violência sexual, dependendo de como está, se sente e reage ao ciclo de abusos, e

podem ser consequências físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais de acordo com o quadro 3.

Quadro 3: Consequências da violência sexual em crianças

Tipo	Consequências
Físicas	<ul style="list-style-type: none"> - Lesão corporal - Mutilações - Fissura e dilaceração anal - Doenças sexualmente transmissíveis
Emocionais	<ul style="list-style-type: none"> - Ansiedade - Culpa - Medo - Raiva
Cognitivos	<ul style="list-style-type: none"> - Autoimagem pobre/Baixa autoestima - Confusão quanto à identidade de gênero e orientação sexual (meninos) - Dificuldade de aprendizagem - Dissociação - Paranoia - Pensamentos obsessivos - Pesadelos
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> - Agressividade - Baixo rendimento escolar - Comportamento autodestrutivo - Comportamento externalizante - Comportamento regressivo - Ideação suicida - Problemas interpessoais - Problemas legais - Comportamento hipersexualizado - Sintomas obsessivo-compulsivo
Psicopatologias	<ul style="list-style-type: none"> - Transtorno do estresse pós-traumático - Transtornos de ansiedade - Transtornos de humor

	-Transtornos alimentares -Transtornos somatoformes -Transtornos relacionados a substâncias
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Von Hohendorff e Patias (2017, p. 243-245).

Cada pessoa de forma específica pode apresentar todos esses sintomas, alguns, ou até mesmo nenhum, sendo que tudo isso está relacionado a pelo menos fases do *modus operandi* do agressor sexual, identificados no quadro 4.

Quadro 4: Fases da violência sexual em crianças e adolescentes

Etapa	<i>Modus operandi</i>
Preparação	Os agressores sexuais, geralmente pessoas conhecidas pela vítima, buscam estreitar laços com a criança/adolescente com objetivo de conquistar maior confiança e afeto, a partir comportamentos de gentileza, atenção e presentes, e a criação repetidas situações para que fiquem a sós. Quando percebem que a criança/adolescente confia e tem afeto por eles, os episódios de VS são iniciados.
Episódios	Progressão ascendente sem contato físico para contato físico, de forma discreta para que a vítima não perceba e comumente não oferecem resistência às interações. Isso faz com que os agressores continuem com tais interações, sendo elas cada vez mais sexualizadas ocorrendo uma espécie de dessensibilização da criança para as interações sexuais com contato físico. Quando há resistência recuam. Frequentemente, os agressores manejam algum estranhamento ou resistência da vítima apresentando a interação sexual como “algo especial” que acontece entre eles, como algo que deve ser escondido dos outros justamente por isso. Chantagens também podem ser utilizadas para convencer a vítima a participar das interações. Sendo assim, a penetração pode ocorrer somente após longo período de tempo do início dos episódios de VS. O envolvimento de crianças e adolescentes em interações sexuais inadequadas à sua faixa etária poderá desencadear uma sexualização traumática.
Silenciamento	A ambivalência gerada pelos rituais de entrada e saída, a falta de ou pouca compreensão das vítimas em relação às interações sexuais, possíveis ameaças (e.g., “vou te matar”), barganhas (e.g., presentes em troca de interações sexuais) e chantagens (“se você não contar, te deixo passar”) dos agressores contribuem para que a vítima mantenha a ocorrência da VS em segredo. A falta de credibilidade dos adultos no relato das vítimas também contribui para o silenciamento delas. As vítimas podem fazer várias tentativas de revelar, muitas vezes de forma inconsistente.

Narrativa	Mesmo diante da dificuldade em falar a respeito da ocorrência da VS, as vítimas podem revelá-la de duas principais formas: intencional, quando a vítima deliberadamente narra o que ocorreu para alguma pessoa com o intuito de obter ajuda; e acidental, quando a narrativa ocorre de forma involuntária, ou seja, por conta de sinais emitidos pela vítima, pelo seu relato espontâneo quando ainda não sabia do caráter sexual da interação ou quando alguém presencia algum episódio de VS.
Repressão	Geralmente, após a narrativa, a vítima é pressionada a se retratar, seja pelo(a) próprio(a) agressor(a), por familiares ou pela comunidade. Agressores e familiares podem tentar minar a credibilidade da vítima ao dizer que se trata de uma fantasia ou mentira da criança. Usualmente, familiares tentam manter a situação em segredo, muitas vezes impedindo intervenção da rede.
Superação	Essa consiste em a vítima contar o que ocorreu, receber credibilidade, proteção e as intervenções necessárias visando o seu bem-estar físico e psicológico. A proteção e as intervenções devem ser conduzidas por uma rede de proteção e de atendimento coordenada e capacitada. Caso a rede esteja desarticulada e os profissionais não sejam capacitados, expõe-se a vítima a uma situação de risco por meio de intervenções inadequadas, podendo exacerbar as consequências da VS.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Von Hohendorff e Patias (2017, p. 243-245).

De acordo com os autores, esse padrão não segue um curso linear onde cada etapa acontece de maneira idêntica para todos, por exemplo: “Caso as vítimas não recebam as intervenções necessárias após a narrativa, os episódios de VS podem voltar a acontecer” (VON HOHENDORFF; PATIAS, 2017, p. 246).

No contexto intrafamiliar Barros e Rocha (2015, p. 73) discorrem sobre geralmente é um tipo de violência sexual que se caracteriza como incestuosa, ou seja: “qualquer contato abertamente sexual praticado por pessoas que tenham com a criança ou o adolescente uma relação de consanguinidade, responsabilidade ou afetividade”.

Nesses casos são pais, padrastos, mães, madrastas, ou ainda “irmãos ou meios-irmãos, tios, avós, parentes ou pessoa que tem proximidade com a vítima e é de sua confiança” (BARROS; ROCHA, 2015, p. 73).

Alguns agressores sexuais tem o adicional de ser pedófilo, sendo aqueles que possuem um desejo expresso e compulsivo por crianças e adolescentes, entretanto, existem aqueles que cometem o incesto, mas não são necessariamente pedófilos, pois:

Não tem uma verdadeira preferência sexual por crianças, mas acaba se envolvendo com elas por várias razões (insegurança, fugir do stress, oportunidade, curiosidade,

vingança, etc.) e, a relação de poder, dominação e opressão é o que move este agressor (BARROS; ROCHA, 2015, p. 73).

As autoras destacam ainda que a violência extrafamiliar se trata de uma forma de abuso em contexto exterior como áreas de lazer, consultórios médicos e psicológicos, instituições religiosas, e locais públicos. E a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder dos adultos sobre crianças e adolescentes com objetivo de ganhos financeiros (BARROS; ROCHA, 2015).

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os direitos são reconhecidos de acordo com as prerrogativas internacionais, que recomendam ações efetivas de enfrentamento da violência sexual e outras, através da implementação de um amplo sistema de proteção social integral. Mas antes disso, houve um grande legado jurídico que buscou evoluir as diversas formas de atenção à criança e adolescente brasileiro, desde o início do século XX, conforme Quadro 5.

Quadro 5: Evolução da legislação e de normativas infantojuvenil no Brasil

ANO	EVENTO
1830	Primeiro Código Criminal do Império- responsabilização penal acima de 14 anos
1890	Código Penal de 1890- instituiu as casas de correção para crianças e adolescentes
1923	Decreto 16.272 e o Primeiro Juizado de Menores
1927	Primeiro Código de Menores ou Código Mello Mattos e surgimento da concepção de menor carente ou infrator
1964	Implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e Criação da Funabem
1968	Criação da Associação de Juízes de Menores do Brasil
1979	Promulgação do Novo Código de Menores
1988	Promulgação da Constituição Federal
1990	Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente
1990	Promulgação da Lei Orgânicas da Saúde
1991	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
1993	Criação da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do

	Adolescente
1993	Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infantil
1994	Fundação da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP)
1995	Início da Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
1997	Criação do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia)
2000	Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
2000	Aprovação do Protocolo Adicional à Convenção dos Direitos da Criança sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.
2002	Criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
2003	Criação do Disque Denúncia Nacional -Disque 100
2003	Criação do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
2004	Aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
2006	Criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)
2006	Lançamento do Plano Nacional do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
2009	8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Krominski, Lopes e Fonseca (2020, p. 39-41).

Solto et al. (2018, p. 1314) enfatiza que nos últimos anos o Brasil vem reconhecendo a violência sexual contra crianças e adolescentes como um problema de saúde pública e que

deve ser combatido através da ampliação de políticas e estratégias voltadas para a emergente questão da violência dentro dessa faixa etária”. Entre as ações mais efetivas está:

O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2010), por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100), recebe notificações de casos de VS contra crianças e adolescentes de todo o país. No período referente a maio de 2003 e março de 2010, foram identificadas 214.689 vítimas registradas nas notificações de VS, negligência, violência física e psicológica. Dentre os casos de VS, 38% foram de vítimas do sexo masculino e 62% do sexo feminino, indicando maior notificação de casos de meninas, não sendo possível afirmar que os casos com meninos sejam em menor número (VON HOHENDORFF; PATIAS, 2017, p. 242).

Além disso, existe a prerrogativa no ECA que define a saúde da criança como um direito fundamental e pleno e em casos de violências “os profissionais da rede de atenção à saúde têm a obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, e providenciar o encaminhamento para serviços especializados” (BRASIL, 1990 apud PAGANINI; DEL MORO, 2011, p. 5).

Considerando essa revisão discute-se agora a análise documental referente ao objeto de pesquisa que é a trajetória de intervenção da Casa de Zabelê no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes em Teresina-PI.

4 Discussões

A Ação Social Arquidiocesana fundada desde 1956 e ligada à igreja católica de Teresina-PI, vem desenvolvendo ao longo dos anos ações de saúde e de assistência social, que contribuem com o enfrentamento das questões de risco e vulnerabilidade social, na qual os sujeitos estão submersos. Visto isso, a Asa, se solidifica com,

Com o objetivo de promover e executar programas, projetos e/ou serviços a título gratuito, visando a promoção de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, abrangendo a proteção à família, à infância, à juventude e à velhice, bem como, pessoas vivendo e/ou convivendo com deficiências e enfermidades, especialmente, HIV/Aids, hanseníase e câncer (ASA, 2021, p. 2).

Nos anos de 1990 em parceria com a Pastoral do Menor desenvolveu trabalhos com crianças e adolescentes em situação de rua, nos quais as meninas receberam assistência nas suas mais variadas situações de vulnerabilidades apresentadas à época, através da,

Casa Maria Menina, “destinada a acolher meninas em situação de rua e/ou exploradas sexualmente na rua possibilitando o resgate de sua autoestima, dignidade e autonomia, dando continuidade ao trabalho existente na rua”(1), Casa Madre Savina Petrilli, cujo objetivo é o de “ser moradia daquelas meninas que, uma vez inseridas nas atividades da Casa Maria Menina manifestam o desejo de sair da rua,

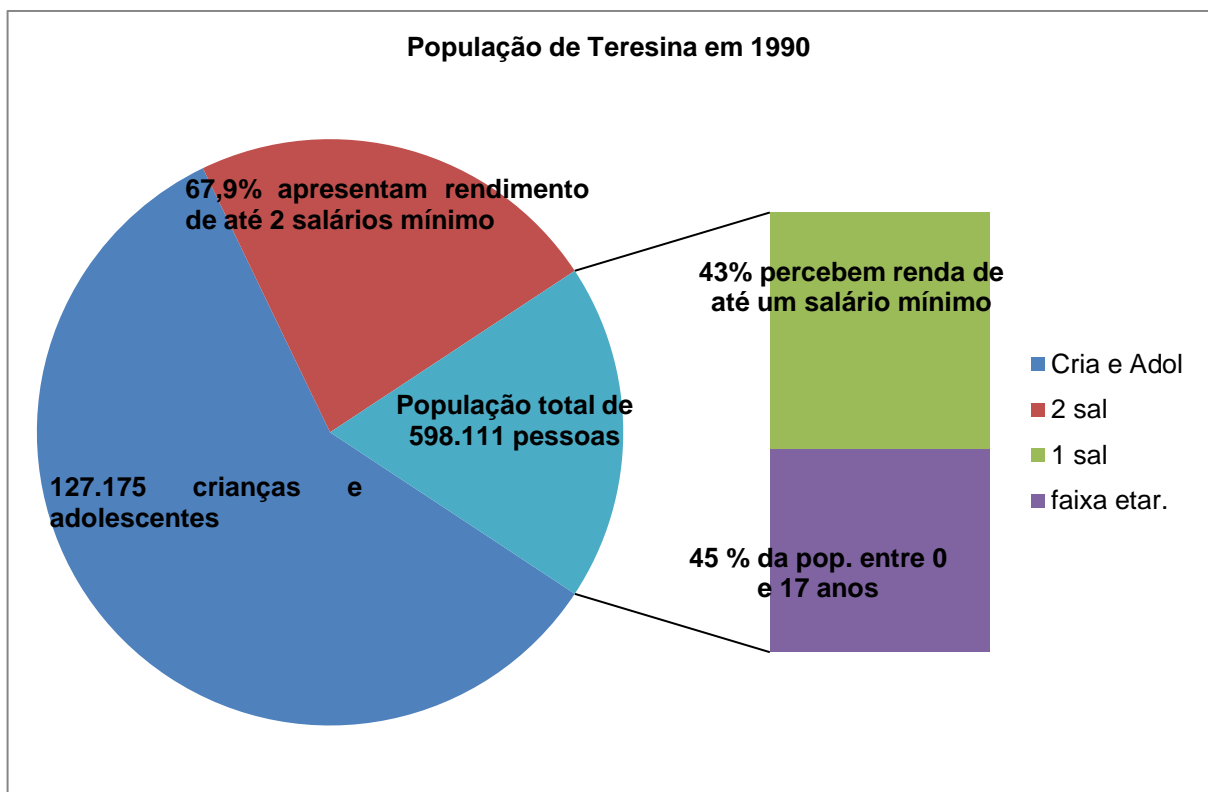
mas não querem voltar para a família ou, simplesmente, não têm para onde ir”(BORGES, 1996, p. 4)

No ano de 1994 houve uma iniciativa de grupos ligados à ASA e Pastoral do Menor de modo a implementar a construção e execução do que é atualmente a Casa de Zabelê, que foi aberta ao público no dia 29 de agosto de 1996 resultado da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Prefeitura Municipal de Teresina- PMT e a Ação Social Arquidiocesana-ASA, “ressaltando que a parceria entre essas duas últimas Instituições ainda se mantém, cabendo à ASA, a coordenação da Casa de Zabelê, e a PMT, o financiamento através da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI” (BATISTA; PEREIRA, 2021, p. 3).

4.1 A semente do projeto Casa de Zabelê (1994).

Constam nos registros históricos que no ano de 1991, a cidade de Teresina- PI, tinha uma população de assalariados que sobreviviam com uma renda de até dois salários mínimos, e que a grande maioria da população infantojuvenil sobrevivia em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco, de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1- Dados populacionais de Teresina-PI na década de 1990



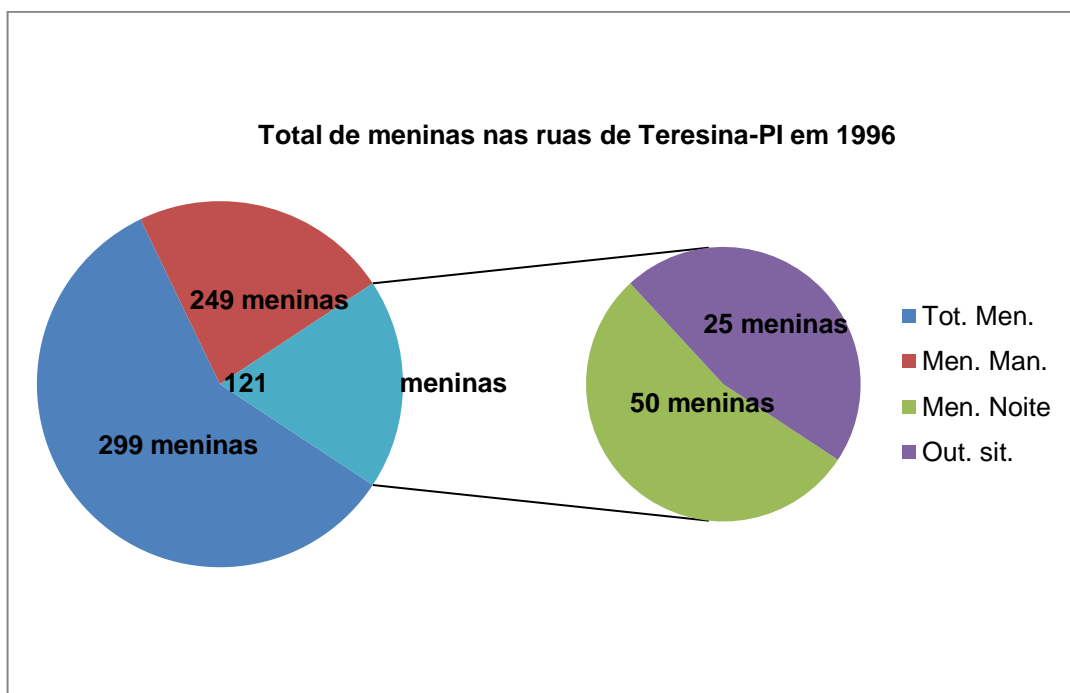
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Borges (1996).

Como demonstrado no gráfico a população de Teresina era em torno de quase 600 mil habitantes, sendo que 120 mil habitantes sobreviviam com apenas um salário mínimo e em situação de pobreza. As crianças e adolescentes representavam mais de 40% da população, e, portanto, eram em sua maioria pobres, ou seja:

O quadro de violência social e miséria econômica tem se refletido devastadoramente na vida das meninas. Para aquelas que se encontram na rua e em situação de rua restam os maus tratos, a discriminação social, o abuso e exploração sexual, o uso de drogas, prostituição e gravidez precoce. “ Ao invés das brincadeiras comuns à idade, da escola, da proteção, da dignidade, sobrepõem-se o trabalho, a gravidez, a maternidade, as privações domésticas, a ausência de proteção familiar, o fracasso da experiência escolar, a responsabilidade pela sobrevivência, a rua” (BORGES, 1996, p. 6).

Neste período de acordo com ASA (1994) existiam pelo menos três grupos de meninas atuando na região central de Teresina à época: as que exerciam atividade informal como vender cafezinho e outros produtos, as que eram usuárias de substâncias psicoativas, geralmente em situação de rua e promovendo pequenos furtos e as que sobreviviam da exploração sexual infantil, sendo o total de 299 meninas identificadas no dia 02 de fevereiro de 1996, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2- Dados sobre as meninas nas ruas de Teresina em 1996.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Borges (1996).

De acordo com os dados das 299 meninas identificadas neste período apenas 121 exerciam alguma atividade financeira informal, 74 dessas meninas apenas perambulavam, 25 meninas em situações diversas como uso de drogas, catando papelão, furtando e se prostituindo, 21 meninas brincando e 05 meninas esmolando. Isto implica que embora existissem meninas que estivessem trabalhando informalmente, a grande maioria estavam em situação de vulnerabilidade como a prostituição e o uso de drogas.

As reuniões e encontros de preparação da nova proposta de trabalho se sucederam, ao mesmo tempo em que os educadores continuavam no espaço da rua, mantendo contato com as meninas, procurando ouvi-las e conhecer sua realidade, no sentido de fornecer subsídios para a nova proposta. Nessa perspectiva, foram visitadas casas noturnas, clubes e vias públicas onde se tinha conhecimento da passagem das meninas (BORGES, 1996, p. 7).

Entretanto consta nos arquivos que embora os esforços para atender melhor essas crianças, as Casas da Pastoral não conseguiram avançar nas orientações tecno-psicopedagógicas, o que levou a proposta de construção de mais uma unidade como referência para o processo educativo, sendo que “os recursos financeiros para atendimento às meninas foram assegurados no ano seguinte, através de um convênio firmado entre a SEMCAD/ASA/BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID” (BORGES, 1996, p. 7).

Dado os primeiros passos, o objetivo geral da nova Casa era de prestar atendimento psicossocio-educativo às crianças e adolescentes do sexo feminino que se encontravam em situação de risco pessoal e social nas ruas de Teresina, buscando prepará-las para a construção e o exercício de sua cidadania.

A meta inicial era de atender a 100 (cem) crianças e adolescentes do sexo feminino, encaminhadas pelos educadores de rua e por instituições/entidades que prestavam atendimento nesta área, assim como espontaneamente buscava por atendimento. O primeiro contato era com os educadores de rua.

Conforme anteposto no dia 29 de agosto de 1996 a Casa de Zabelê foi aberta ao público com a finalidade de atender e dar assistência às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, para enfrentar e prevenir diversas violações de direitos.

4.2 Trajetória de intervenção social da Casa de Zabelê no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Atualmente a Casa de Zabelê encontra-se localizada na Av. Pedro Freitas, s/n, Bairro Vermelha/Sul, Teresina-Piauí, e os telefones para contato são: (86) 3215-9321 ou fax 3215-9320, (86) 99828-5613 ou email: casadezabele@uol.com.br ou casadezabele@hotmail.com. A figura 1 mostra a localização via satélite.

Figura 1- Localização da Casa de Zabelê



Fonte: foto reprodução Google maps (2022).

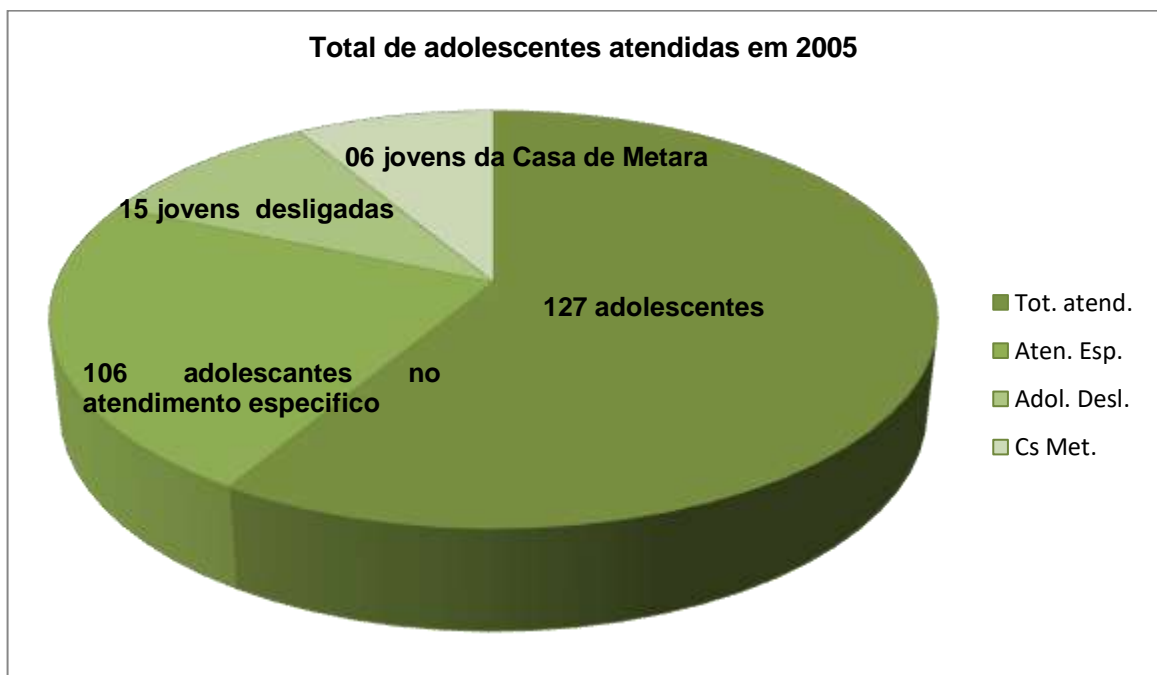
Como observado, a sede está localizada na região central, de fácil acesso para transporte público, funcionando de segunda a sexta das 8h:00 às 12h e de 13h às 17h. Neste escopo apresenta-se os principais resultados das ações executadas pela Casa de Zabelê desde 2005, de acordo com a análise dos documentos institucionais.

4.2.1 Ações desenvolvidas em 2005

O relatório das atividades anuais faz parte do Plano de Ação: “desencadeadas em todas as áreas de atendimento da Casa de Zabelê: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Esporte, Dança, Estamparia, Reciclagem e Oficina de Moda” (PEREIRA, 2005, p. 2).

O horário de funcionamento ocorreu de segunda a sexta-feira, de 8h: às 12h e das 14h às 18h, atendendo às sextas-feiras somente adolescentes da oficina de Moda e aos grupos de Convivência com os pais/responsáveis. Aos sábados e domingos, a Casa atendeu ao Núcleo de Dança, formado por adolescentes da Casa de Metara (06 adolescentes) e jovens (15) egressos da Casa de Zabelê, com um total de 127 adolescentes atendidos nesse período, demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3- Adolescentes atendidas no ano de 2005



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Pereira et al. (2005).

A primeira mudança foi com relação à área pedagógica ao propor uma nova metodologia que previa: abolição de temas geradores; elaboração e execução de projetos pedagógicos; uma nova divisão nos grupos de atendimento: crianças e adolescentes e redistribuição dos horários das atividades (PEREIRA et al., 2005).

No primeiro semestre, as ações referentes à execução de projetos pedagógicos que envolveram oficinas de Literatura Infantil: construção de histórias em quadrinhos; estímulo à leitura e à escrita, através da música, construção de paródias; construção do painel da cidade:

leitura e compreensão do espaço onde se vive; concursos de redação; jogos matemáticos e rodas de conversas.

No segundo semestre o foco foram as discussões acerca de direitos e deveres, com as seguintes atividades: dramatização: “conhecendo e convivendo em diferentes espaços;” reelaboração das regras de convivência na Casa de Zabelê; estudo de artigos do ECA relacionados às políticas sociais básicas; apresentação de trabalhos, debates, e roda de conversa; exibição e reflexão de filmes temáticos; oficinas vivenciando a morte; gincana integradora; atividades lúdicas (cantos religiosos, cantigas de roda, troca de mensagens) e 284 visitas escolares durante o ano de 2005.

Os atendimentos individuais contemplaram os sentimentos, os problemas institucionais, de relacionamentos interpessoais e de situação de risco e “os motivos apresentados foram, negligência, rejeição materna, exploração sexual, abuso sexual e uso de drogas” (PEREIRA et al., 2005, p. 7).

Ainda conforme Pereira et al. (2005) nos casos que envolveram a violência sexual além dos atendimentos “foram elaborados relatórios situacionais e encaminhados ao Conselho Tutelar”. Esses relatórios embasavam uma maior atuação no enfrentamento as diversas demandas apresentadas no contexto das violações de direitos de crianças e adolescentes.

4.2.2 Ações realizadas no ano de 2006

No ano de 2006 as ações planejadas no ano anterior permitiram o atendimento a “128 (cento e vinte e oito) crianças e adolescentes na faixa etária de 8 (oito) a 17 (dezessete) anos, sendo 61 no turno da manhã e 67 (sessenta e sete) à tarde, além do atendimento e acompanhamento aos responsáveis por estas” (PEREIRA et al., 2006, p. 3). Dentre as demandas ofertadas, o quadro 6 apresenta um resumo das ações.

Quadro 6: Ações desenvolvidas na Casa de Zabelê em 2006

Ações	Quantidade de Crianças	Atividades
Atendimentos para a inserção de crianças e adolescentes		-Foco na situação de violência sexual e os casos não correspondentes com encaminhamento para a rede local
Sistematização dos dados do público alvo atendido		- Realizada através de ficha de cadastro e atendimento -Entrevista individuais com crianças e os seus responsáveis
Atendimentos individuais	181 crianças e adolescentes	- Entrevista individuais -Identificação do tipo de abuso sexual e as consequências para as crianças e adolescentes

		-Encaminhamentos para a rede socioassistencial de saúde mental
Atendimentos coletivos	13 crianças e adolescentes	- Identificação de problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas como o crack, maconha, rupinol, “aranha”, merla
Atendimentos individuais e coletivos aos responsáveis pelas crianças e adolescentes.		- Total de 115 pessoas atendidas - 81 visitas domiciliares
Análises psico-socio-pedagógica das crianças, adolescentes e seus responsáveis.		- Total de 56 pessoas atendidas -Preenchimento de ficha
Grupos de vivências		-Total de 62 grupos -Realização conjunta com a equipe de psicologia
Participação do Serviço Social		-Encaminhamento de adolescentes para aquisição de documentos
Encaminhamentos para o Conselho Tutelar		- Total de 03 encaminhamentos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Pereira et al. (2006).

Quanto aos casos específicos de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidos no período, foram um total de 29 crianças no turno da manhã e 18 à tarde. Destacase ainda que a grande maioria dos casos foi por demanda espontânea, em que a criança e o adolescente ou responsável procuravam atendimento na Casa de Zabelê, Programa Sentinela e Conselho Tutelar.

4.2.3 Ações realizadas no ano de 2007

Segundo Pereira et al. (2007, p. 3) as atividades na Casa de Zabelê iniciaram em janeiro de 2007, e buscou implementar a proposta metodológica baseada nos 4 pilares da educação da UNESCO. Aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a ser. Neste período foram atendidas um total de “135 (cento e trinta e cinco) crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, sendo 66 (sessenta e seis) no turno da manhã e 69 (sessenta e nove) à tarde” A faixa etária varia entre 08 anos e 18+ anos.

4.2.4 Ações realizadas no ano de 2014, 2015, 2016, 2018 e 2020

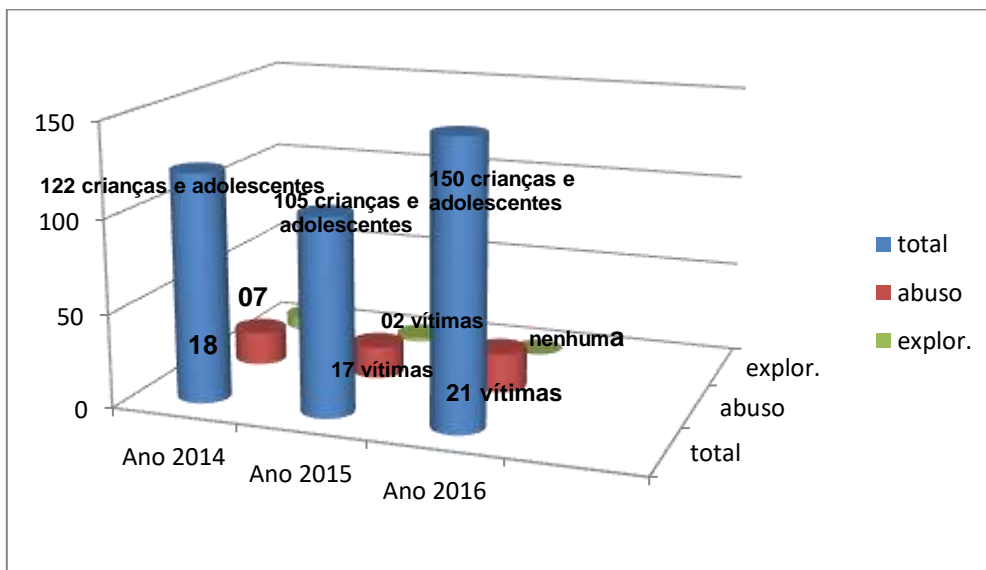
As atividades em 2014 tiveram início no dia 06 de janeiro nos turnos manhã e tarde, nas quais foram atendidas 122 crianças e adolescentes das quais 07 (sete) eram exploradas

sexualmente e 18 (dezoito) sofreram abuso sexual. Destacaram-se os atendimentos às famílias, as crianças e adolescentes, encaminhamentos de acordo com a demanda atendida, atendimento psicológico, visitas domiciliares, etc.

Em 2015 foram atendidas 105 crianças, adolescente e jovens. Destas, 02 (duas) apresentaram situação de exploração sexual e 17 (dezesete) de abuso sexual, percebe-se o desenrolar histórico da violência contra crianças e adolescentes na realidade do município de Teresina-Pi.

No ano de 2016, as atividades tiveram início em janeiro, atendendo a uma demanda de 150 crianças e adolescentes destes, foram constatados 21 casos de abuso sexual. O gráfico 4 apresenta um resumo dos casos.

Gráfico 4- Casos de violência sexual atendidos nos anos de 2014, 2015 e 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Pereira et al. (2014; 2015 e 2016).

Esses dados são importantes para compreender o alcance das ações de enfrentamento e os impactos na diminuição do número de crianças e adolescentes, principalmente as que sofrem com a exploração sexual, chegando a zerar total. Entretanto, os casos de abuso sexual aumentaram ao longo desses anos, e é necessária uma análise mais profunda para saber se o aumento é real ou se faz parte dos mecanismos de acesso às denúncias e medidas protetivas.

No ano de 2018, a Casa de Zabelê abriu as portas para o atendimento no dia 02 de janeiro, ofertando atividades para um total de 128 crianças, sendo que destas, 25 apresentaram situação de abuso sexual e 01 caso de exploração sexual. Isto implica que se mantém o padrão, de quase zero exploração sexual e o aumento de casos de abusos.

O ano de 2020 foi o mais emblemático da Casa de Zabelê pois devido à pandemia da Covid-19, surgiu o desafio de adequar os atendimentos ao cenário de medidas protocolares para evitar a contaminação pelo novo coronavírus.

Desse modo reforçando o objetivo do Plano de Trabalho Anual vimos a necessidade de estabelecer a continuidade do serviço e assim criamos estratégias para o acompanhamento de forma remota aos nossos usuários através de chamada telefônica, aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais com a finalidade de manter ativos os pilares da nossa ação fazendo-se necessário neste contexto da Pandemia da COVID- 19 (re) pensar, (re) planejar e buscar sempre fortalecer o atendimento e o acompanhamento conforme as orientações da Nota Técnica da Gerencia de Proteção Básica – GPSB – PMT de nº 01 /2020 que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades remotas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – (SCFV) no período de Emergência em Saúde Pública em decorrência do Novo Corona vírus (SARS COV 2 - COVID 19) (PEREIRA et al., 2020, p. 13).

Por conta disso, os atendimentos se iniciaram em 02 de janeiro de 2020, mas tiveram que ser suspensos no dia 18 de março de 2020, a necessidade desse dessa suspensão, sobremaneira teve impacto na qualidade do atendimento ofertado, uma vez que o público atendido está submerso a situações de risco e vulnerabilidade social, nesse sentido houve o retorno da equipe para redefinir ações:

“reiniciando dia 12 de abril somente com a equipe técnica e educadores o trabalho não presencial onde iniciamos as discussões sobre as novas estratégias de ação para o trabalho remoto com as educandas (os) assistidas (os) pela Casa de Zabelê” (PEREIRA et al., 2020, p. 14).

As principais atividades foram realizadas através do *WhatsApp* tendo como referência os núcleos de atendimento da instituição, o turno dos usuários, técnicos e educadores que realizam as atividades remotas, e postagens sistemáticas sobre arte, dança, esporte e orientação social, encaminhamento semanal das atividades remotas para cada núcleo de atendimento da instituição prevista no planejamento, envio de atividades remotas aos adolescentes e jovens inseridos no Núcleo da Profissionalização em Moda e Serigrafia garantindo a execução formativa dos cursos, etc., sendo que os resultados finais resultou na: “aproximação significativa da Equipe Técnica com 100% das famílias através do acompanhamento remoto favorecendo o direcionamento em situações advindas da realidade vivenciada no contexto atual” (PEREIRA et al., 2020, p. 30).

O atual plano de trabalho da Casa de Zabelê prevê para o ano de 2022 o atendimento para crianças, e adolescentes do sexo feminino de 8 a 17 anos, desenvolvendo atividades através de dança, esporte, arte-educação e oficinas de orientação e prevenção que trabalham temáticas transversais contidas nos cadernos de orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Conclusão

O presente estudo abordou sobre a trajetória da Casa de Zabelê buscando fazer um retrospecto das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e também outras formas de violações de direitos humanos que atingem a infância e adolescência em Teresina-PI.

Desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o sistema de proteção integral previsto primeiramente na Constituição Federal de 1988, passou por diversos vieses de acordo, tanto com o contexto histórico, quanto com o contexto político governamental, que transitou entre a oferta de políticas sociais de qualidade e o retorno às antigas práticas assistencialistas, culminando atualmente com uma crise institucional provocada por uma péssima gestão federal aliada à complexidade de uma pandemia mundial, que acirrou problemas estruturais como a fome, o desemprego, o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), e obviamente a prestação dos serviços socioassistenciais.

Como demonstrado, todo o passeio histórico de definição do que significa ser criança e adolescente no Brasil, sempre fora interseccionado por processos de violências, preconceitos, controle, estigmatização, e sua representatividade enquanto menor em situação irregular para os mais pobres e sujeitos de direitos na atual conjuntura. Existia um sistema de desproteção institucionalizado pela legislação vide os Códigos de Menores, e existe agora uma desproteção política por parte de governos ultraneoliberais conservadores que utilizam de ideologias para atacar o sistema de proteção integral, fragilizando ações e programas nos equipamentos públicos como o CRAS e o CREAS.

Isto remete ao ano de 1996 em que a Casa de Zabelê foi aberta ao público, e aos dados sobre a infância e adolescência em Teresina-PI, onde apontam que o contexto era o de violência e miséria, resquícios das políticas dos governos dos militares, em que a capital ainda assolava a classe trabalhadora e principalmente a população mais vulnerável.

Neste contexto, as meninas eram constantemente violadas, sendo exploradas sexualmente, sofrendo maus tratos, se viciando em substâncias psicoativas, etc. E embora já existissem instituições de atenção a essas crianças e adolescentes como a Casa Maria Menina, houve a necessidade de implementar um novo espaço de atuação para o enfrentamento das violações contra meninas, e que também oportunizasse a educação e a profissionalização.

A Casa de Zabelê nasce como uma instituição com o foco no atendimento psicossocioeducativo para o enfrentamento de situações de risco que envolvesse inicialmente as meninas em situação de rua, e atualmente meninas de toda a capital e seus familiares que

convivem em situação de risco social, pessoal e econômico para o combate às violações de seus direitos fundamentais.

Após quase dez anos de prestação de serviços às crianças e adolescentes do sexo feminino, a Casa de Zabelê promoveu mudanças institucionais, principiando com seu projeto pedagógico e que acabou modificando toda a dinâmica da instituição, e no enfrentamento da violência sexual, houve uma articulação com os Conselhos Tutelares através de relatórios.

A partir de 2014 as atividades estavam estruturadas e o enfrentamento dos casos de violência sexual demonstraram que ao longo dos últimos anos houve um decréscimo progressivo na quantidade saindo de 25 casos em 2014 para atuais 3 casos em 2020, implicando em resultados extremamente positivos quanto à atuação da Casa de Zabelê no combate ao abuso e exploração sexual das meninas em Teresina.

Acredita-se que as atividades desenvolvidas no cotidiano da instituição como dança, esporte, arte-educação e oficinas de orientação e prevenção com temas diversos, impactam diretamente nestes resultados, demonstrando que o alcance psicossociopedagógico promovem melhorias nas vidas das vítimas e seus familiares.

O ano de 2020 foi o mais emblemático, e assim como o mundo, a Casa de Zabelê necessitou adaptar-se de modo a continuar com sua missão de atender e acolher as crianças, adolescentes e seus familiares, que prosseguiu com o atendimento remoto, através do whatsapp e das redes sociais, o que amenizou o impacto da pandemia no desenvolvimento das atividades.

Observa-se que desde sua inauguração até a atualidade, a Casa de Zabelê se estabeleceu como uma instituição conceituada no combate às violações dos direitos de crianças e adolescentes em Teresina-PI, possibilitando que essas meninas vítimas da sociedade e de seus algozes possam recomeçar suas trajetórias acolhidas e mais fortes para prosseguir com suas vidas de forma mais leve e esperançosa.

Deste modo, o presente estudo contribuiu, a partir de seus objetivos com a reflexão sobre a importância da Casa de Zabelê como iniciativa pública de proteção social integral de crianças e adolescentes no Estado do Piauí, amparada na proteção social básica.

Referências

- BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. Crianças e adolescentes e o direito de não violência sexual: conceitos, políticas públicas e legislação. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 21, n. 41, 2015. Acesso em : <https://intermeio.ufms.br/index.php/intm/article/view/2332>
- BORGES, Carla Simone Miranda (org.) **PROPOSTA DE TRABALHO DA CASA DE ZABELÊ PARA ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL**. Teresina: Casa de Zabelê, 1996. Acesso em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v57n1/v57n1a02.pdf>
- COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; DO NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- CRESWELL, Jonh W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005. Acesso em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-451>
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUNIOR, João Paulo Roberti. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 10 Jan/Jul, 2012. Acesso em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/7>
- KROMINSKI, Vanessa de Jesus; LOPES, Renice Ribeiro; FONSECA, Débora Cristina. A NORMATIZAÇÃO DO CONCEITO CRIANÇA E ADOLESCENTE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL. **Cadernos da Pedagogia**, v. 14, n. 30, 2020. Acesso em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1478>
- NEVES, Anamaria Silva et al. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em psicologia**, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Acesso em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009
- PAGANINI, Juliana; DEL MORO, Rosângela. A utilização dos princípios do direito da criança e do adolescente como mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais. **Amicus Curiae**, v. 6, p. 1-13, 2011. Acesso: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/view/534>
- PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2005**. Teresina: Casa de Zabelê, 2005.
- PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2006**. Teresina: Casa de Zabelê, 2006.
- PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2007**. Teresina: Casa de Zabelê, 2007.
- PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2014**. Teresina: Casa de Zabelê, 2014.
- PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2015**. Teresina: Casa de Zabelê, 2015.

PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2016**. Teresina: Casa de Zabelê, 2016.

PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2018**. Teresina: Casa de Zabelê, 2018.

PEREIRA, Suely Coelho et al. **Relatório Anual ano 2020**. Teresina: Casa de Zabelê, 2020.

SOUTO, Daniella Fagundes et al. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1237-1246, 2018. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/6bSDtDH7cPwZ6YqKtFZwFNw/?lang=pt>

VON HOHENDORFF, Jean; PATIAS, Naiana Dapieve. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. **Barbarói**, n. 49, p. 239-257. Acesso em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9474>